



ARTIGO COMPLETO – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ensino em Direitos Humanos BR e PY

Luiz Eduardo dos Santos Pecora ¹

Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues ²

RESUMO

O presente trabalho foi desenvolvido com o apoio da bolsa PIBIDin-UEMS (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência Internacional, oferecido pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul) , por meio da qual elaborei e desenvolvi projeto voltado ao ensino de Direitos Humanos. A proposta era realizada em rodas de conversa e observações realizadas em escolas públicas do ensino médio em Campo Grande (MS), além de uma etapa internacional no Paraguai na Universidade Nacional de Assunção/Paraguai. O principal objetivo foi promover o conhecimento sobre os Direitos Humanos e estimular a formação docente, utilizando metodologias participativas. No Brasil, as rodas de conversa abordam temas como moradia, educação, igualdade, saneamento e segurança. Os materiais didáticos foram utilizados com base na Constituição Federal de 1988 e na Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, escolhidos por sua linguagem acessível e potencial de estimular o pensamento crítico dos alunos. Na etapa internacional, o projeto foi adaptado à realidade paraguaia. As atividades foram desenvolvidas com base na *Constitución de la República de Paraguay (1992)* e na Declaração da ONU, formando grupos de estudo com os alunos para promover reflexão, debate e conscientização. A proposta teve como objetivo contribuir para o combate à desigualdade social, à violência de gênero e à desinformação. Dessa forma, os eixos temáticos trabalhados — como moradia, saúde, educação, liberdade de expressão e segurança — mostraram-se fundamentais para a formação cidadã. O relato de experiência enfatiza os materiais produzidos, as imagens das rodas de conversa, palestras e observações, além da análise do impacto educacional. Entre os principais resultados, destacam-se a maior compreensão dos conceitos de direitos humanos, a valorização da historicidade e o fortalecimento do entendimento sobre movimentos sociais, contribuindo para a construção de uma consciência crítica e cidadã entre os estudantes.

Palavras-chave: HISTÓRIA, DIREITOS HUMANOS, ENSINO, EDUCAÇÃO, INTERNACIONAL

¹ Graduando do Curso de História Licenciatura pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), eluiz9303@gmail.com;

² Doutora pelo Programa de Doutorado em História Social, Universidade de São Paulo (USP), marizak@gmail.com





INTRODUÇÃO

A Declaração Universal dos Direitos Humanos aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, após a II Guerra Mundial, é um importante dispositivo para a preservação dos direitos e da vida humana no planeta. Diante do contexto produzido pela Guerra, os países membros criaram a Declaração considerando a preservação da vida humana no mundo. Assim tendo em vista a necessidade de garantir o bem-estar e a vida das pessoas, a Declaração estabelece direitos e deveres que devem ser respeitados por todos. Portanto, é cada vez mais importante que as pessoas possam, a partir de uma Educação em Direitos Humanos, conhecer para poder aplicar na vida prática

[...] o conjunto dos direitos sociais, políticos, econômicos e culturais: os de caráter trabalhista, com salários justo, férias, previdência e seguridade social e os de caráter social mais geral, independente de vínculo empregatício, como saúde, educação, liberdade, habitação, acesso aos bens culturais [...] ao patrimônio científico, tecnológico e ambiental (BENEVIDES, 2000, p.4).

Os Direitos Humanos compreendem direito à liberdade, segurança, educação, alimentação, moradia digna e saneamento básico, entre outros. Entretanto, constatamos que no âmbito do ensino na Educação Básica essa temática raramente é abordada pelos professores, e quando colocada em pauta, não se dá a devida relevância que a questão precisa ter para que as pessoas possam ter acesso aos Direitos Humanos. Ainda que haja um Plano Nacional de Educação dos Direitos Humanos, no Brasil, aprovado em 2006, poucas são as escolas e professores que apresentam o tema em suas aulas na Educação Básica. Percebe-se que existe uma falta de acesso às informações e conhecimento sobre os Direitos Humanos, o que tem contribuído para intensificar as desigualdades sociais. Importante destacar que o conhecimento sobre os Direitos Humanos contribui para promover políticas públicas que atendem as demandas das mulheres, crianças, idosos, e categorias em situação de





vulnerabilidade socioeconômica, por isso é preciso investir em ações cujo objetivo é ampliar os espaços de debates e o conhecimento sobre os Direitos Humanos.

Compreender quais são os seus direitos e deveres enquanto cidadão é de extrema importância, e no Brasil o tema ganhou relevância com a aprovação da Constituição Federal de 1988, em específico no Artigo 5º, que pode ser analisado na educação básica por se tratar de uma leitura simples e de rápida interpretação para as turmas do ensino médio (1º, 2º e 3º).

Nesse viés, fora do Brasil como no Paraguai poderá ser realizado materiais acima das constituições desses países, levando em consideração suas semelhanças. Com isso tornou-se possível um amplo diálogo sobre os direitos humanos, o artigo 5º da Constituição federal trata diretamente sobre a educação, saúde, segurança, liberdade de expressão, direito à vida e entre outros. Enquanto a Constitución de la República de Paraguay (1992), é possível encontrar a similaridade no capítulo dois, Artigo 9º que trata da liberdade, o artigo 24º que trata de liberdade religiosa e ideológica, artigo 26º que trata da liberdade de expressão e da imprensa. Dessa maneira, é possível elaborar táticas específicas em rodas de conversas com as temáticas das regiões para melhor atender a ligação universidade e comunidade.

O projeto teve como objetivos promover o conhecimento sobre os Direitos Humanos e realizar atividades de iniciação à docência recorrendo às rodas de conversas com os alunos das escolas públicas de Campo Grande MS e no Colégio Experimental Paraguai Brasil (CEPB) em Assunção, Paraguai. A metodologia de roda de conversas e palestras permitiu apresentar a temática considerando o acesso dos cidadãos à moradia, educação, igualdade, saneamento e segurança, de acordo com cada constituição do país. Com isso, o material preparado detinha como principal fonte a própria constituição e a Declaração de Direitos Humanos da ONU, que tem uma leitura didática e de fácil acesso aos alunos das escolas, para estimular o pensamento crítico social dos conteúdos abordados. Posterior as atividades no Brasil, foi realizado um material para a escola paraguaia, em que o embasamento das atividades teve foco para a realidade da sua população, a *Constitución de la República de Paraguay (1992)* foi uma das fontes juntamente com a Declaração internacional, promovendo a reflexão e o debate. Essa é uma forma de combater a desigualdade social, a violência de gênero e a desinformação. Portanto, a proposta era trabalhar os eixos temáticos: moradia,





saúde, educação, liberdade de expressão, segurança e entre outros, que é de grande importância para a formação de um cidadão com consciência de seus direitos e deveres.

Assim, buscamos despertar nos alunos o interesse pelo tema para que possam realizar pesquisas a partir do seu universo de vivência, e promover um pensamento crítico sobre os seus direitos que são em determinados momentos negados.

METODOLOGIA

A metodologia desenvolvida foi iniciada pela observação do comportamento dos alunos em sala de aula, assim como da metodologia de ensino utilizada pelo professor no desenvolvimento dos conteúdos. Posterior a isso, a temática de direitos humanos pode ser abordada, a partir da elaboração de um material de estudo que foi produzido pelo acadêmico, com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Federal de ambos os países. Baseado na Pedagogia Histórico Crítica, visamos apresentar notícias e informações coletadas em jornais virtuais (como G1, O Globo e jornais locais como Campo Grande News, Midiamax e o jornal diário do Paraguai Última Hora de Assunção) para promover as primeiras indagações dos estudantes no que concerne aos Direitos Humanos. A partir dessa etapa, realizamos uma exposição sobre a historicidade dos Direitos Humanos e sobre a constituição dos países, assim, logo após o exposto será possível realizar as oficinas separadas e as rodas de conversas com os alunos do ensino médio.

A princípio, o projeto visava trabalhar com oficinas temáticas, porém, as grades curriculares das duas escolas onde estive realizando o projeto, ficava inviável realizar esse objeto. Foi então que as rodas de conversas e palestras ficaram no centro do projeto, no Brasil as atividades ficaram somente nesse eixo de conversação para que assim fosse melhor trabalhado, realizei 3 rodas de conversas entre 2024 e 2025 na Escola Estadual Maria Eliza Bocayuva Corrêa da Costa nos meses de Outubro, Novembro, Abril. Já no final do primeiro semestre de 2025 realizei 2 palestras uma na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul para a turma de Pedagogia, na qual trabalhamos o ensino em direitos humanos para as crianças e como poderíamos abordar essa temática para os anos iniciais da educação. E por fim, no mês de Agosto tive o convite de participar do IV Congresso Brasilidades da Escola Estadual Aracy Eudociak, onde palestrei sobre os direitos humanos.





Uma das maneiras encontradas para instigar o pensamento crítico dos alunos foi o questionamento, qual os nossos direitos e deveres? Está previsto onde? quais os movimentos

sociais fundaram a nossa Constituição Federal de 1988 ou no caso do Paraguai *Constitución de la República de Paraguay* (1992). Tais questionamentos, foram realizados no decorrer das atividades, além de criar uma dinâmica sobre as lutas por direitos, nesse caso aborda as principais e quais eram suas demandas. Com os slides, era exposto as lutas enquanto papéis recortados possuíam as lutas como ‘Luta pelos direitos das mulheres’. Essa dinâmica foi muito produtiva e consegui realizar em ambos espaços, no Brasil e no Paraguai, a participação dos alunos foi efetiva e de muito proveito, já que desde o início da minha fala deixava explícito que poderiam levantar suas mãos e perguntar sobre determinado assunto.

REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse aspecto, o trabalho faz parte de uma grande área do ensino, dessa forma, escolhemos trabalhar dois autores na qual a uma relação didática a auto Circe Bittencourt que faz diálogo com o projeto em questão histórica e Dermeval Saviani que correlaciona o ensino crítico dos conteúdos no qual abordava. Com isso, Circe Bittencourt, em suas reflexões sobre ensino, enfatiza a relação dialógica e a construção do conhecimento como eixos centrais. Para ela, o ato de ensinar não se reduz à transmissão de informações, mas envolve a mediação ativa entre professor, aluno e saber, valorizando contextos socioculturais. Seu pensamento alinha-se a uma perspectiva em que a escola é espaço de formação crítica, estimulando a autonomia intelectual. Assim, Bittencourt dialogava com o projeto partindo do princípio em que era transmitido conhecimento e mediava os conceitos dos alunos de ensino médio, focando sempre na compreensão de suas realidades e vivências como seus bairros, cidades, saúde e a própria educação.

Nesse viés, escolhemos abordar também a pedagogia crítica dos conteúdos de Dermeval Saviani, onde elaboramos eixos norteadores e questionamentos do espaço presente dos jovens na qual estão inseridos. Saviani, por sua vez, desenvolve a Pedagogia Histórico-Crítica como resposta à marginalização do saber sistematizado nas classes populares. Seu foco está no acesso ao conhecimento científico e cultural acumulado pela humanidade, combatendo visões espontaneístas ou tecnicistas. Para ele, a escola deve garantir que os





conteúdos sejam ensinados de forma organizada e crítica, promovendo a emancipação humana. A pedagogia savianiana defende que a apropriação do saber é um direito de todos e

instrumento de luta social. Conforme exposto, a mescla entre Circe Bittencourt e Saviani possibilitou a produção de materiais interativos com os jovens, além de enfatizar a realidade na qual estão inseridos, seja no bairro, na escola e na cidade. Foi possível trabalhar as notícias dos jornais locais, a história do país e a constituição de ambos, correlacionando os direitos previstos nas cartas magnas e aquilo que era efetivado ou mal empregado na sociedade brasileira ou paraguaia.

Por fim, para que fosse possível trabalhar Direitos Humanos, utilizamos da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (Organização das Nações Unidas). Na qual foi exposta para os alunos e dialogada com viés histórico e crítico a passagem do ser humano na Terra. Além disso, no momento de formular materiais ou tecer críticas às aplicações dos direitos humanos, trabalhamos a filósofa Hannah Arendt, em “As Origens do Totalitarismo”, em que critica a noção abstrata de direitos humanos, mostrando que estes se tornam ineficazes quando indivíduos perdem sua pertença a uma comunidade política. Para Arendt, a cidadania efetiva o “direito a ter direitos” é condição para que a dignidade seja garantida. A partir disso, encerrava as falas e dinâmicas sobre o assunto, enfatizando o jovem como agente político social e de fato ‘o futuro da nação’, sempre dialogando que se hoje possuíam direitos e deveres em uma sociedade, é porque em um breve passado muitos dos jovens adultos lutaram para a resistência deles.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um dos principais resultados desse projeto, foi a comunicação e a troca de conhecimento com o Colégio Experimental Paraguai Brasil juntamente com a Universidade Nacional de Assunção. Vale lembrar, que as vagas para editais de mobilidade internacional são deveras baixas, conseguir ser aprovado e realizar observações no exterior torna a minha formação acadêmica recheada de vivências e experiências além do Brasil no Mato Grosso do Sul. Com isso, obtive conhecimento demasiado com um dos professores no qual observei mais de 5 aulas, o Professor Francisco Ortiz me ensinou e me indicou livros e até mesmo uma visita ao Museu de Direitos Humanos, me disponibilizou um CD sobre o Museu, e





salientou as informações sobre o Paraguai em época de ditadura. Essa pequena convivência, foi exemplar e mantivemos contatos mesmo após a mobilidade, com indicações de arquivos

on-line e notícias sobre os assuntos de interesses acadêmicos. Além disso, a orientação efetiva do tutor Pedro Caballero e o Coorientador Pablo Rojas foi excelente e gratificante, toda a reformulação de aulas, acesso ao projeto do colégio, pedidos de cartas de aceites e até mesmo orientações de como prosseguir com o projeto foi deveras satisfatório.

Dessa forma, podemos analisar da seguinte forma o processo de mobilidade acadêmica para o Paraguai. Muito dos brasileiros possuem certo pré-conceito sobre o nosso vizinho, claro que por um herança de guerra e desgastes da comunicação, porém, ao me deparar com o ensino do CEPB em específico na área de Direitos Humanos, História, Filosofia, Sociologia foi possível analisar que nesse quesito o colégio público de Assunção possui uma melhor grade curricular sobre o tema, incluindo a Antropologia dos direitos humanos onde observei 3 aulas que de fato abriu uma discussão interna ‘como é a Antropologia dos Direitos Humanos?’. Diversas outras atividades que estive disposto a realizar na escola, me fizeram refletir sobre o ensino em direitos humanos no Brasil, já que muitos dos alunos onde realizei as rodas de conversas em Campo Grande, enfatizaram a falta dessa abordagem em sala de aula. E quando é exposto aos estudantes, possui um caráter raso e sem aprofundamento do tema para as vivências dos dias atuais.

Além disso, quando visamos ensinar os alunos os seus direitos e deveres enquanto cidadãos brasileiros ou paraguaios, temos em vista a crítica dos conteúdos, não importa se o professor em sala vá trabalhar jornais, revistas, documentários ou até mesmo a realidade de um bairro da cidade. Vejamos, podemos sim utilizar um bairro na cidade de Campo Grande MS para trabalhar somente a Constituição Federal de 1988. A considerada maior favela do Mato Grosso do Sul cujo o nome é Homex, não possui asfalto, esgoto e até pouco tempo atrás (menos de 5 anos) não possuía rede elétrica, água encanada e as casas não eram de seus respectivos donos, mais conhecidas como inovações. A partir disso, já é possível debater somente um artigo específico:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à





infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015)

Considerando, o artigo 6º já é possível debater a falta de entrega dos direitos da população brasileira, e salientando uma informação, a História possui um papel fundamental para a elaboração da crítica e do conhecimentos do ser humano no tempo, seus feitos, erros até os dias atuais, Circe Bittencourt cita em uma de suas obras a dificuldade de formular a matéria como algo que não seja somente o trabalho de memorização de datas e eventos históricos, e sim a formação da análise do fato ocorrido promovendo o pensamento histórico. Elaborando assim, uma consciência histórica do seu tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse viés, o ensino em Direitos Humanos passa por diversas mudanças desde a sua criação factual com a Carta de Declaração da ONU, assim, as pesquisas, ensinamentos e extensões sobre o tema sempre haverá algo novo a se questionar ou relacionar. Revelar de tal maneira a importância dos seus direitos e deveres é deveras importante, levando em consideração dois fatores que são fatos na sociedade na qual estamos inseridos. O primeiro é que os países onde foi dissertado o trabalho são latino-americanos com passados semelhantes de usurpação de suas riquezas e de seus povos nativos, o segundo é o momento em que ambos possuíam ditaduras militares sangrentas com perseguições, torturas, censuras e que fazem parte ainda da vida de grande maioria das populações destes países. Além disso, o projeto em questão foi de ensino, que ao ver acadêmico possui menor valor, porém, a prática sendo ela internacional ou nacional forma melhor um professor do que somente a teoria, levando em consideração diversos fatores que enfatizam a realidade das escolas públicas brasileiras e paraguaias. Não podemos também fazer juízos de valores ao dizer que as escolas públicas não possuem estruturas, ainda mais pelo projeto que foi realizado em escolas com estruturas adequadas para o ensino. Entretanto, essa não é a realidade da maioria das escolas, ainda mais em quesito de ensino. Todo o pré-conceito que os brasileiros possuem sobre o Paraguai, cai por água abaixo quando se convive com o ensino das escolas, só por uma matéria intitulada





Antropologia dos Direitos Humanos pode se analisar uma diferença extracurricular entre o ensino de D.H. no Brasil e com Assunção.

Dessa forma, pesquisar Direitos Humanos é de suma importância para os países latinos americanos. Um campo de pesquisa que passa por muitas modificações e que também

há diversas linhas específicas para o aprofundamento como Direitos Humanos das mulheres, comunidade LGBTQIA+, população negra, indígena e os imigrantes. Portanto, muitas maneiras de investigar esse assunto passa por uma das principais leis dos países que é suas constituições, algo de simples leitura e fácil acesso a qualquer biblioteca ou como hoje sites dos governos.

[...] o conjunto dos direitos sociais, políticos, econômicos e culturais: os de caráter trabalhista, com salários justo, férias, previdência e seguridade social e os de caráter social mais geral, independente de vínculo empregatício, como saúde, educação, liberdade, habitação, acesso aos bens culturais [...] ao patrimônio científico, tecnológico e ambiental (BENEVIDES, 2000, p.4).

AGRADECIMENTOS

Desde já, realizamos o agradecimento pelo fomento da bolsa de mobilidade acadêmica financiada pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) e todo o apoio logístico entre a Universidade Nacional de Assunção (UNA). Além do apoio institucional, não seria possível realizar o projeto sem a orientação da Prof^a Dr^a Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues, que orientou as rodas de conversas no Brasil e facilitou a comunicação primária com o Paraguai. Vale lembrar que o projeto foi internacional, assim, faço os meus mais breves agradecimentos à Universidade Nacional de Assunção e ao meu coorientador Pablo Rojas e ao tutor escolar Pedro Caballero pela organização de disponibilização com o Colégio Experimental Paraguai Brasil. Realizei também um agradecimento aos professores (a) que aceitaram e colaboraram com a observação de suas aulas para o caminhar do projeto, Prof. Francisco Ortiz, Prof e diretor do colégio Roberto Machuca e a professora Pilar Rodriguez.





REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Comissão Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file>>. Acesso em: 03 março 2024.

BENEVIDES, Maria Vitoria. Cidadania e Direitos Humanos. Instituto de Estudos Avançados, São Paulo, USP. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/benevidescidania> Acesso em : 22 de março de 2024

CANDAU, Vera (org). Somos todos iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

COSTA, N. do R. Políticas públicas, justiça distributiva e inovação: saúde e saneamento na agenda social. São Paulo: Hucitec, 1998.

FAISTING, A. L., DEFFACCI, F. A., GUIDOTTI, V. H. R. (org.) Desenvolvimento, Direitos Humanos e Cidadania. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2018.

PARAGUAI. [Constituição (1992)]. Constitución de la República deParaguay (1992) revisada 2011.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar. Campinas: Autores Associados, 2012. 184p. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo

SILVA, Claudia Regina Pinto O ensino de história e a educação em direitos humanos: uma prática interdisciplinar do 6. ao 9. Na educação básica / Claudia Regina Pinto Silva. – Amambai, MS: UEMS, 2021.

